

Duarte e Silva Advogados Associados

Rua Agente F. Jose Costa Duarte, 157/sala 05 - Mangabeira, João Pessoa/PB
(83) 98832-9676. (83) 99105-5363. (83) 98660-2858.

PROCURAÇÃO "AD – JUDICIA ET EXTRA"

OUTORGANTE:

CONTRATANTES:

NOME Joaquim de Albuquerque TELEFONE 98703.9651
ESTADO CIVIL casado PROFISSÃO semipresença
CPF 338-522-51401 RG 852105 ENDEREÇO Rua Manoel
Jacome D. Brito, 48, Cruz das Almas

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores. Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, **JOSÉ EDUARDO DA SILVA OAB/PB 12.578**, e **ALEXANDRA CESAR DAURTE OAB/PB 14.438** com escritório profissional sito à Rua Agente F. Jose Costa Duarte, 157/sala 06, Mangabeira, João Pessoa, Paraíba.

Ficam conferidos a ele(s), amplos poderes para praticar todos os atos de processos judiciais e extrajudiciais de representação e defesa em qualquer Juízo, instância ou tribunal, perante quaisquer pessoas de direito público, seus órgãos, ministérios, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, inclusive autarquias e entidades paraestatais, quaisquer pessoa jurídica de direito privado, sociedade de economia mista ou pessoa física em geral, outorgando poderes para: receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, desistir, transigir, assinar documentos, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, inclusive levantar/receber alvarás judiciais, conjunta ou separadamente, junto aos cartórios do poder judiciário deste Estado, podendo ainda, substabelecer esta a Outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso sempre no interesse do outorgante.

GRATUIDADE JUDICIÁRIA

Declara ainda o outorgante que é necessitado na forma da Lei, cuja situação econômica não lhe permite pagar custas e honorários sucumbenciais, sem prejuízo do seu sustento ou da sua família, e, portanto, solicita os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA.

João Pessoa, 23 de dezembro de 20 19

(OUTORGANTE) Joaquim de Albuquerque



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
JOAQUIM DE ALBUQUERQUE GOMES DA SILVA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
852105 SSP PB

CPF
338.522.514-00 DATA NASCIMENTO
17/07/1962

SITUAÇÃO
JOAO GOMES DA SILVA
SEVERINA DE ALBUQUERQUE GOMES DA SILVA

PERMISSÃO ACC CATHAR
A

Nº REGISTRO
04748402771 VALIDADE
15/03/2022 1ª HABILITAÇÃO
08/09/2009

OBSERVAÇÕES
A : X :

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
JOAO PESSOA, PB DATA EMISSÃO
16/03/2017

ASSINATURA DO EMISSOR
41465568405
PB034297936

PARAIBA

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1468834759

PROIBIDO PLASTIFICAR
1468834759

COMPREV
COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.
09 ABR. 2019
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA



**CAGEPA**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA
Rua F. Manoel Cirne, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB
CEP: 58.015-570 - CNPJ: 09.123.654/0001-87PARA CONTATO COM A CAGEPA/
INFORME ESTE NÚMERO
MATRÍCULA

68.264810

REFERÊNCIA

01/12/2018

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA/ESGOTO E SERVIÇOS

GLAUCIA BARBOSA DA SILVA
RUA MANOEL JACOMO DE BRITO, 48 - A CRUZ DAS ARMAS
JOÃO PESSOA PB 58085-650

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
		Residencial	Comercial	Industrial	Pública	
001.014.230.0692.000	000	1	0	0	0	
Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto		
111138025	10/08/2011	EXT. LACR. LIGADO	POTENCIAL			
ANTERIOR ATUAL CONSUMO (H3) NUM DE DIAS PROXIMA LEITURA						
1336	1336	10	28	08/11/2018		
HIST. CONS./ANOR. F.E.T. QUALID. AGUA-ANEXO 20 PORT. 05/2017 MS.						
SET/2018	10	30	PARAMETROS	EXIG.	ANALIS.	CONFORMES
AGO/2018	11	30	TURBIDEZ	0	0	0
JUL/2018	1	30	CLORO	0	0	0
JUN/2018	13	30	COL. TERMOY	0	0	0
MAI/2018	13	30	COR	0	0	0
ABR/2018	13	30	COL. TOTAIS	0	0	0
MEDIA(M)	10		DADOS REFERENTES A: AGO/2018			

DATA DA IMPRESSÃO: 09/10/2018

HORA DA IMPRESSÃO: 09:56:39

DESCRIÇÃO

CONSUMO TOTAL (R\$)

ÁGUA

RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)

10 M3

37,91

CONSUMO DE ÁGUA

ESGOTO

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS: R\$ 3,51 PIS E CONFINS. LEI 12.741/12

VENCIMENTO:

02/11/2018

Total a Pagar:

R\$ 37,91



CONDIÇÃO DE LEITURA: REALIZADA

CONDIÇÃO DO FATURAMENTO: MEDIA DO HIDRÔMETRO TIPO DE TARIFA: 1

INFORMAÇÕES GERAIS:

QUANDO A INFÂNCIA E PERDIDA: NÃO TEM DOGO GANHO

COMPREV

COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A

09 AGO. 2019

PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA



CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 08709.01.2019.1.00.401

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 08709.01.2019.1.00.401, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 12:07 horas do dia 01 de agosto de 2019, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor de Boletim de Ocorrência, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Roberta Gouvêa Neiva, matrícula 1560913, e lavrado por José Rodrigues da Silva Junior, Agente de Investigação, matrícula 1550888, ao final assinado, compareceu **Joaquim de Albuquerque Gomes da Silva**, CPF nº 338.522.514-00, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), identidade de gênero masculino, profissão Serviços Gerais, filho(a) de Severina de Albuquerque Gomes da Silva e Joao Gomes da Silva, natural de Sapé/PB, nascido(a) em 17/07/1962 (57 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Manoel J. de Brito, Nº 48, bairro Cruz das Armas, tendo como ponto de referência Casa, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98869-0981.

Dados do(s) Fatos:

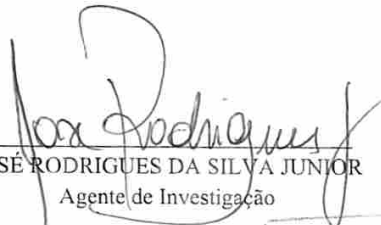
Local: Rua Jose Tavares, Cruz das Armas, João Pessoa/PB, bairro Cristo Redentor; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 22/04/19 10:00h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LEI 9.503/97 ART. 303 § 2º: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.**


E NOTIFICOU O SEGUINTE:

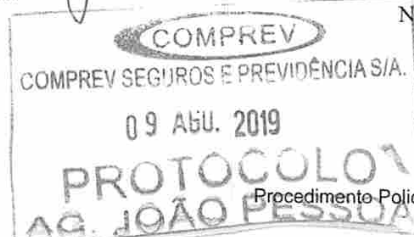
QUE NA MANHÃ DO DIA 22/04/2019, POR VOLTA DAS 10:00, ESTAVA PILOTANDO A MOTOCICLETA HONDA TITAN DE COR BRANCA, ANO 2015, PLACA OFA-5041/PB, CHASSI 9C2KC2210GR010230, NA RUA JOSÉ TAVARES, CRISTO, NESTA CAPITAL, QUANDO O MOTORISTA DE UM VEICULO ATÉ O PRESENTE MOMENTO NÃO IDENTIFICADO QUE ESTAVA PARADO ABRIU A PORTA NO MOMENTO EM QUE ESTE NOTIFICANTE ESTAVA PASSANDO VINDO A PROVOCAR UM ACIDENTE; QUE ESTE NOTIFICANTE FOI SOCORRIDO POR UMA AMBULÂNCIA DO CORPO DE BOMBEIROS AO HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA, ONDE FOI ATENDIDO E DIAGNOSTICADO COM CID S82.9, CONFORME LAUDO MEDICO EXPEDIDO PELO DR. JOSE DE ALMEIDA BRAGA; QUE EM SEGUIDA FOI ENCAMINHADO AO COMPLEXO HOSPITALAR DE MANGABEIRA, ONDE REALIZOU PROCEDIMENTO CIRÚRGICO.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, excepo a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fê.

João Pessoa/PB, 01 de agosto de 2019.


JOSÉ RODRIGUES DA SILVA JUNIOR
Agente de Investigação


JOAQUIM DE ALBUQUERQUE GOMES DA
SILVA
Noticiante



Procedimento Policial: 08709.01.2019.1.00.401





CERTIDÃO


Nº. 1205/2019

Atendendo solicitação de **JOAQUIM DE ALBUQUERQUE GOMES DA SILVA** e acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity, certifico a constatação de Ficha Ambulatorial Nº223630 e Prontuário Nº 2017.02.0972 pertencentes ao paciente **JOAQUIM DE ALBUQUERQUE GOMES DA SILVA**, requerente que foi atendido dia 22/04/2019 às 17h30min, de vítima de acidente de moto, apresentando trauma em membro inferior direito.

Submetido a avaliação médica e exame de imagem que evidenciou fratura dos ossos da perna direita. Realizado procedimento cirúrgico dia 22/04/2019 e 08/05/2019. Com alta médica dia 15/05/2019.

E para constar eu, Fabiana Fernandes de Araújo, Médica, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 24 de julho de 2019


Médica
CRM/PB 4516

Dra. Fabiana F. de Araújo
CARDIOLOGIA
CRM PB 4516





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIVISÃO MÉDICA



LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE	JOAQUIM DE ALBUQUERQUE GOMES DA SILVA
DATA DE NASCIMENTO	17/07/62
NOME DA MÃE	SEVERINA DE ALBUQUERQUE DASILVA

DADOS EXTRAÍDOS

BOLETIM DE ENTRADA N.º	1.157.545
DATA DO ATENDIMENTO	22/04/19
HORA DO ATENDIMENTO	13:30
MOTIVO DO ATENDIMENTO	ACIDENTE DE MOTOCICLETA
DIAGNÓSTICO (S)	FRATURA DOS OSSOS DA PERNA DIREITA
CID 10	S82.9

AVALIAÇÃO INICIAL:

Dados extraídos do Boletim de Entrada. Paciente foi atendido neste Serviço, vítima de acidente de motocicleta, referidor com deformidade e limitação de movimentos em perna direita, associada a ferimento corto-contuso. RX evidencia fratura exposta dos ossos da perna direita. Neurovascular normal.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX de perna direita
RX de joelho direito
RX de torax
Ultrassonografia FAST

RESULTADOS DOS EXAMES:

Fratura dos ossos da perna direita

TRATAMENTO:

Imobilização.

ALTA HOSPITALAR:	22/04/19
DATA DA EMISSÃO:	18/06/19

Dr. José de Almeida Braga
CRM: 2329/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO

COMPREV
COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A
09 ABR. 2019
PROTOCOLADO
AG. JOÃO PESSOA





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL

4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

ATO ORDINATÓRIO (CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAL - CGJ-TJPB)

Nº DO PROCESSO: 0801292-03.2020.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOAQUIM DE ALBUQUERQUE GOMES DA SILVA

RÉU: LIFE CONSULTORIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

De acordo com as prescrições do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, *juntar a simulação da guia de custas*, e documentos que comprovem a hipossuficiência financeira, necessários para análise do pedido de gratuidade, consoante §3º do art. 1º da PORTARIA CONJUNTA - TJPB/CORREGEDORIA GERAL nº 02/2018, datada de 28/11/2018, publicada no DJE de 30/11/2018.

João Pessoa/PB, 24 de fevereiro de 2020.

ISABEL MARIA BASILIO CRISPIM LONDRES
Técnico Judiciário



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA/PB.

JUSTIÇA GRATUITA

JOAQUIM DE ALBUQUERQUE GOMES DA SILVA, já devidamente singularizado nos autos do processo, vem perante vossa excelência, por meio de seus advogados, atender o despacho retro.

O autor atualmente encontra-se desempregado, decorrente da impossibilidade de retomar as atividades normais. Dessa forma, o autor não dispõe de recursos para custear as despesas processuais, momento que reitera o pedido feito na inicial, a concessão da justiça gratuita.

Vejam os *“art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei”*. O NCPC coaduna-se com o princípio insculpido no art. 5º, LXXVII da Constituição Cidadã: *“LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”*



Note-se que o § 4º do art. 99 do NCPC assim prevê: *“a assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça”*.


Ora, de fato não parecia admissível condicionar o deferimento da gratuidade judiciária ao patrocínio pela Defensoria Pública ou convênios, porquanto a parte tem o direito à livre escolha do profissional que defenderá seus interesses, daí a relevância da previsão expressa no NCPC



Diante de tudo que foi exposto, ratifica os pedidos da inicial, requerendo a concessão da justiça gratuita, por ser o autor hipossuficiente.

Nestes termos, pede-se deferimento.
João Pessoa, 03 de março de 2020.



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 200.3.20.17602/01
			Data de emissão: 03/03/2020
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/03/2020
Número da guia: 200.2020.617602 Tipo da Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 51,61
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 516,10 Promovente: JOAQUIM DE ALBUQUERQUE GOMES DA SILVA - Taxa Judiciária: R\$ 141,75 Promovido: LIFE ASSESSORIA E CORRETORA DE SEGUROS - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 659,20
			Desconto total: R\$ 0,00
866700000064 592009283181 520200331202 032017602015 			Valor final: R\$ 659,20

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 200.3.20.17602/01
			Data de emissão: 03/03/2020
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/03/2020
Número da guia: 200.2020.617602 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 51,61
Promovente: JOAQUIM DE ALBUQUERQUE GOMES DA SILVA Promovido: LIFE ASSESSORIA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Detalhamento:			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 659,20
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 659,20

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 200.3.20.17602/01
			Data de emissão: 03/03/2020
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/03/2020
Número da guia: 200.2020.617602 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 51,61
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 516,10 Promovente: JOAQUIM DE ALBUQUERQUE GOMES DA SILVA - Taxa Judiciária: R\$ 141,75 Promovido: LIFE ASSESSORIA E CORRETORA DE SEGUROS - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 659,20
			Desconto total: R\$ 0,00
866700000064 592009283181 520200331202 032017602015 			Valor final: R\$ 659,20





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Sistema de Custas Online

Guia de Custas Prévias

Nº Guia: 200.2020.617602

Data Vencimento: 31/03/2020

Data Emissão: 03/03/2020

Comarca: Joao Pessoa

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

Promovente: JOAQUIM DE ALBUQUERQUE GOMES DA SILVA

Promovido: LIFE ASSESSORIA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

Valor da Causa: R\$ 9.450,00

Despesas Processuais: R\$ 0,00

Custas: R\$ 516,10

Taxa: R\$ 141,75

Total da Guia: R\$ 657,85

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

Servidor

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.





**ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE JOÃO PESSOA
2ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA
d e c i s ã o**

PROCESSO Nº 0801292-03.2020.8.15.2003
AUTOR: JOAQUIM DE ALBUQUERQUE GOMES DA SILVA
RÉU: LIFE CONSULTORIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

Vistos, etc.

Defiro a gratuidade processual.

Designo audiência **UNA** para o dia **22 de julho de 2020, às 16:30h**, a realizar-se na sala de audiências da 4ª Vara Regional de Mangabeira.

Cite e intime a parte promovida. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do C.P.C fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do C.P.C.

Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.

A audiência só não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, devendo a parte ré fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.

Considerando que a parte autora ajuizou a presente ação sem se submeter previamente à perícia médica através do IML, inexistindo nos autos documento que ateste a existência da invalidez permanente e/ou extensão da lesão, bem como que a rotina judiciária vem nos mostrando que a transação em ações que buscam o pagamento ou complementação de seguro DPVAT somente se realiza após a realização de perícia médica, com fulcro no art. 139, inciso VI, do C.P.C, determino que a audiência de conciliação ora agendada seja precedida de perícia judicial, nos termos do convênio do Tribunal de Justiça com a Seguradora Líder.

Para tanto, **nomeio a médica Rosana Bezerra Duarte de Paiva perita nos presentes autos**, para proceder à perícia judicial neste caso, a realizar-se no dia e horário acima descrito, seguida de audiência de conciliação, instrução e julgamento, oportunidade em que se buscará a composição entre as partes litigantes.

Intime a Seguradora Líder para efetuar o pagamento dos honorários periciais, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), comprovando-o até a data da audiência e perícia ora

designadas, sob pena de penhora junto ao BACENJUD.

Como forma de viabilizar a transação, após realização da perícia médica, faz-se mister o comparecimento da Seguradora Líder na audiência ora designada, através de preposto munido de poderes para firmar acordos. Dessa forma, além das citação e intimação através de carta, determino que seja a Seguradora Líder, através dos endereços eletrônicos pauloleite@seguradoralider.com.br e philipe.rocha@seguradoralider.com.br e telefone (21) 38614600, cientificada acerca dessa audiência.

A parte autora será intimada através de seu advogado, podendo este requerer que a intimação se dê através de endereço eletrônico, devendo para tanto, informá-lo em até 05 (cinco) dias (art. 319, inciso II, do C.P.C).

Intimem as partes para, querendo, indicar assistentes técnicos, no prazo de 10 (dez) dias.

As partes devem comparecer neste fórum, na sala de audiências deste juízo, no dia e hora designado, acompanhados de seus advogados, devendo trazer exames anteriormente realizados, relacionados com a incapacidade/debilidade dos autos. **A parte autora deve comparecer impreterivelmente portando documento pessoal com foto, o boletim de ocorrência e o primeiro atendimento médico inicial.**

Os quesitos a serem respondidos são os constantes do laudo pericial adotado pelo Núcleo de Conciliação e Mediação do TJ/PB.

P.I.

Cumpra com urgência.

João Pessoa, 02 de abril de 2020

Fernando Brasilino Leite

Juiz de Direito